

## 6.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Este trabalho buscou compreender as principais angústias e questões mobilizadas nos adolescentes durante o processo de saída da instituição de acolhimento em função da maioridade.

Até então ocupando o lugar de adolescentes e de sujeitos em desenvolvimento diante da instituição e da sociedade em geral, ao serem desacolhidos necessitarão assumir o lugar de adultos. No entanto, não contarão mais com o apoio contínuo do serviço de acolhimento, nem poderão recorrer a outras instâncias, visto que os vínculos familiares se tornaram frágeis ou não mais existem com o passar do tempo. As políticas públicas e o aparato estatal, de um modo geral, são extremamente precários e pouco lhes garantem a efetivação de seus direitos enquanto cidadãos adultos. Com isso, se intensifica o risco do retorno à condição vulnerabilidade e marginalidade, como envolvimento com o tráfico e grupos ilícitos, subemprego, vivência de rua, e entre outros.

Dessa forma, se manifestam inseguranças e desejos com relação ao futuro e às novas responsabilidades e demandas implicadas. Eles temem a marginalidade e o risco social, assim como esperam poder realizar expectativas profissionais, dar continuidade à escolarização, e principalmente, formar suas próprias famílias, reconstruindo experiências perdidas ou não vividas. Também é mobilizado o luto pelas perdas e rupturas anteriores, principalmente com a família de origem, mas também pelo novo rompimento de vínculos, desta vez, com a instituição.

As significações e sentimentos com relação ao espaço institucional são diversos e por vezes contraditórios e ambivalentes. O lugar representa para os adolescentes proteção e acolhimento, lhes permitindo o sentimento de pertencimento. Na maioria dos casos, é dentro da instituição que eles têm, pela primeira vez, as experiências do cuidado e de estarem em um meio seguro e estável. Essas são construídas em um ambiente que permite o sentimento de continuidade e proporciona a construção de vínculos e relações saudáveis, servindo como um lugar de referência e apoio onde poderão se estruturar. Experiências e relações saudáveis e positivas podem ser reparadoras e permitir a elaboração das questões mobilizadas pela história pessoal. Com a segurança e sentimento de pertencimento oferecidos,

eles se tornam mais preparados para enfrentar o “mundo lá fora” sem o apoio direto e objetivo da entidade e seus funcionários.

Ao mesmo tempo, a instituição também os remete ao abandono e rompimento dos laços anteriores e as relações construídas nem sempre são positivas e saudáveis, pois também são atravessadas por resistências e dificuldades dos próprios adolescentes, assim como dos educadores e das equipes. Seu papel enquanto provedora de cuidado não é construído sem impasses decorrentes de ambos os lados: os adolescentes e a própria instituição.

Os primeiros, muitas das vezes, são resistentes a se vincularem ao local e às pessoas que lá estão, pois carregam em suas histórias as marcas das perdas e violências passadas. Em virtude de terem vivido seus primeiros anos de vida em ambientes precários ou instáveis, *desajustados*, segundo Winnicott, podem ter pouca confiança no meio e nos adultos ao seu redor. Acrescido a isso, quando começam a ganhar alguma confiança, testam e provocam o meio a fim de se certificarem de que o abandono não se repetirá, o que acarreta inúmeros conflitos.

É importante lembrar que a lógica que repercute nas práticas institucionais não se altera apenas a partir de novas normativas jurídicas, ainda que as estruturas das entidades de acolhimento estejam aos poucos se tornando mais adequadas aos padrões previstos. De acordo com o que vimos, o acolhimento institucional no Brasil foi historicamente construído e estabelecido. Acompanhando as mudanças políticas e sociais, nacionais e internacionais, os arcabouços legais acerca dessa questão foram sendo alterados a fim de provocar avanços necessários nas políticas de atendimento às crianças e adolescentes. Atualmente, procura-se evitar a separação familiar, e, quando necessária, procura-se minimizar seus efeitos, propondo práticas menos coercitivas, paternalistas e estigmatizadas, e mais acolhedoras e empoderadoras, reconhecendo o público atendido enquanto sujeito de direitos.

Mesmo assim, por parte da instituição, há o risco de que não seja tão acolhedora quando a legislação e abordagens teóricas propõem. Isso acontece quando há rotinas massificadoras, que não consideram as subjetividades dos adolescentes atendidos, regras rígidas e autoritárias que eliminam a possibilidade de escuta e de lhes dar voz, e de ações que os abordem a partir da ordem da falta, da carência e do desvio. São intervenções que, além de perpetuar o sentimento de abandono, dificultam a aquisição da autonomia necessária. Vale lembrar que

acolhimento e incentivo à autonomia não significam falta de regras ou de organização mínima, mas o equilíbrio entre a justiça e a severidade, possibilidade de fala e de questionamento e a presença de adultos que sustentem a posição de autoridade, responsabilidade e cuidado.

Apesar de todos os conflitos e embates existentes, espera-se que, nesse momento, seja possível que os adolescentes reconheçam para si mesmos a importância e valor da instituição, e que possam se despedir, considerando o lugar enquanto referência. A inclusão no Projeto Político-Pedagógico de cada unidade a possibilidade de poder manter contato com o local, com os antigos cuidadores, equipe e crianças que permaneceram na entidade, manteria a noção de referência.

Faz-se necessário a oportunidade de elaborar os lutos e perdas, assim como falar e trabalhar as expectativas, desejos, inseguranças e receios quanto às futuras experiências. Também se faz relevante que os adolescentes possam falar sobre a própria experiência do acolhimento e os sentimentos e lembranças sobre os momentos vividos no local. São histórias que costumam ser atravessadas pela violência, vulnerabilidade social e descontinuidades, e deixam marcas que, mesmo não sendo externalizadas, se atualizam e se presentificam durante e depois do período de acolhimento.

Verifica-se a relevância da construção de espaços onde eles possam contar sua própria história a alguém que esteja disponível para a escuta. A narrativa se apresenta como recurso para a apropriação de suas experiências, o que possibilita o desenvolvimento da autonomia e abre caminho para um novo olhar sobre elas. Não é garantia de relações saudáveis e inserção social adequada, principalmente diante dos inúmeros impasses que a sociedade lhes colocará, mas é a possibilidade do empoderamento.

Ainda que suas histórias sejam dolorosas, não é preciso ficar preso a elas, em visões negativizadas e desqualificadas sobre si mesmo. Independente das dores e marcas que carreguem, contá-las a alguém e se apoderar do que é narrado permite recolocá-las, e a si mesmos, em um novo lugar. A história pode ser reposicionada através de um novo valor simbólico, passa a representar algo construtivo e importante. É a partir desse novo lugar que o indivíduo pode reconstruí-la dali em diante, rompendo com os lugares estigmatizantes e assumindo uma nova posição de valor e de reconhecimento de si mesmo.